



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

## **PROJETO DE LEI Nº 018/2025**

**Altera dispositivos da Lei nº 1028/98, de 5 de novembro de 1998, que autoriza a concessão de cestas básicas a servidores municipais.**

**ELLEN SIGRID SCHUENKE**, Prefeita Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O artigo 3º da Lei nº 1028/98, de 5 de novembro de 1998, que autoriza a concessão de cestas básicas a servidores municipais, passa a vigorar com a seguinte alteração:

*“Art. 3º O Servidor não fará jus à cesta básica no mês em que:*

*I – registrar qualquer ausência injustificada; ou*

*II- registrar ausências justificadas, consecutivas ou intercaladas, em somatório total do período superior a 3 (três) dias.*

*Paragrafo único. Não afastam a vedação aqui previstas as faltas decorrentes de atestado médico, em licenças de qualquer natureza ou aquelas decorrentes da percepção de qualquer benefício previdenciário.”*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Dona Emma (SC), 22 de setembro de 2025.**

**ELLEN SIGRID SCHUENKE**

Prefeita Municipal



# **MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 – Centro – 89.155-000 – Dona Emma – SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 – E-mail: [prefeitura@donaemma.sc.gov.br](mailto:prefeitura@donaemma.sc.gov.br)

## **MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 018/2025.**

Senhora Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores,

Encaminhamos o Projeto de Lei nº 018/2025, que altera dispositivos da Lei nº 1028/98, de 5 de novembro de 1998, que autoriza a concessão de cestas básicas a servidores municipais.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade alterar o artigo 3º da Lei nº 1.028, de 5 de novembro de 1998, que dispõe sobre a concessão de cestas básicas aos servidores municipais, com o objetivo de estabelecer critérios mais rigorosos para o recebimento do benefício, vinculando-o diretamente à assiduidade do servidor.

A medida visa à valorização do servidor público comprometido, além de promover maior eficiência e regularidade na prestação dos serviços públicos. Atualmente, o elevado número de ausências, ainda que justificadas, tem impactado de forma significativa o andamento das atividades, na unidade administrativa, na educação e na saúde, especialmente nas áreas operacionais, comprometendo os resultados e a qualidade do atendimento à população.

Ao condicionar a concessão da cesta básica à ausência de faltas injustificadas e à limitação das faltas justificadas a, no máximo, três dias por mês, o Município busca implementar uma política de reconhecimento por desempenho e comprometimento funcional, ao mesmo tempo em que adota uma estratégia eficaz para combater o absenteísmo no serviço público.

São essas, senhora Presidente, as razões que nos levam a submeter a essa egrégia Casa, o Projeto de Lei em anexo.

Finalizando, solicitamos a apreciação e aprovação dessa matéria e nos colocamos à inteira disposição dessa Casa para quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais que possam ser necessários para a avaliação desse Projeto de Lei.

**Dona Emma (SC), 22 de setembro de 2025.**

**ELLEN SIGRID SCHUENKE**  
Prefeita Municipal